



## PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária do 7º Período Ordinário da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, sob a Presidência da vereadora Joseane de Oliveira Seixas, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Adeilson da Costa Lopes, Antônio Odinélio Tavares da Silva Junior; Ana Cleyde Tavares Batista Filha; Arnaldo de Oliveira Gemaque, Francisco Azevedo Pereira, Deybson Delmar Rasch, Manoel Lucivaldo Siqueira, Ivalter Barbosa Cardoso Filho; Marta Monteiro Godinho, Mauro Luiz de Oliveira Wanzeller, Rafael Luiz Miléo Viana, Sebastião Gomes e Marcio Kellen Soares Canto. Ausente o vereador Marcelo Augusto Andrade Sarubbi. Constatando haver número legal à hora regimental, assumiu a presidência a vereadora Josy Seixas, na qualidade de vice-presidente da Casa, na ausência do titular. Composta a Mesa, a Sra. Presidente “Sob a proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a sessão, solicitando a 2ª Secretária que procedesse a leitura da Ata da última sessão realizada na Casa, a qual lida e submetida a discussão e posterior votação foi aprovada por unanimidade, após as correções feitas pelo vereador Manoel Bochecha e pela vereadora Marta Godinho. Ato contínuo a Sra. Presidente solicitou ao 1º secretário que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, na qual constatou o seguinte: Requerimentos do vereador Marcio Canto, pede que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, José Willian Siqueira da Fonseca, solicitando informações sobre o prédio da UPA, se o referido logradouro pertence ao município ou se foi emitida pelo órgão competente a autorização para uso em outra finalidade, e se teve também anuência do Conselho Municipal de Saúde, para o funcionamento proposto pelo Executivo Municipal; Requerimento do vereador Sebastião Gomes, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, solicitando que determine o órgão competente, que seja feito um, pronto de ônibus escolar na entrada do bairro Paraisópolis; Projeto de Lei nº 025/23, de autoria do vereador Mauro Wanzeller, que obriga escolas de ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas do Município de Oriximiná a monitorarem o índice de

massa corporal – IMC dos seus alunos e dá outras providencias; Ofício nº 021/24, expedido ao prefeito municipal. Terminada a leitura do expediente a vereadora Josy Seixas, esclareceu que os vereadores que quiserem seus pronunciamentos na íntegra na ata, tem que solicitarem no ato do seu discurso, como também a ata é um resumo da sessão, assim determina os dispositivos regimentais. Esclareceu ainda ao secretário de cultura e demais artistas que estavam presentes, de que não constava em pauta o projeto de lei que versa sobre a Lei Paulo Gustavo, por determinação do presidente titular da Casa, que no momento se encontrava ausente da sessão, por esta razão que assumiu a direção dos trabalhos desta sessão. Falou ainda da situação financeira que passa a Câmara, em virtude do orçamento que ainda se encontra na justiça, por esta razão estamos enfrentando dificuldades de desenvolver as atividades deste Parlamento em todos os aspectos, inclusive de fazer licitação para comprar material de expediente por falta de orçamento. Em seguida a Sra. Presidente facultou a palavra aos vereadores. Com a palavra o vereador Manoel Bochecha, reportou-se sobre o projeto de lei que versa sobre a Lei Complementar Paulo Gustavo e do Projeto que altera o código de postura do município, que deveriam ser colocados em pauta nesta sessão. Disse que no seu ponto de vista o orçamento da Câmara não tem nada a ver com os projetos de leis já citados. Mas entende o lugar de cada vereador neste Parlamento. Com a palavra o vereador Ludugero Junior, disse ser lamentável a atitude da Mesa Diretora em relação aos projetos de leis sobre a Lei Paulo Gustavo e sobre o projeto de lei que doa um terreno para construção de casas populares, acha não ter justificativa, para que os mesmos não sejam colocados em pauta desta sessão, até porque em todas as sessões os músicos estão presentes, na expectativa de que o projeto de lei que vem beneficiar eles, será aprovado. Disse ainda que os músicos e nem a população oriximinaense não tem nada a ver com essa briga política entre executivo e legislativo. Disse aos músicos que deveriam procurar o Ministério Público para que sejam tomadas as devidas providencias sobre esta questão. Com a palavra o vereador Mauro Wanzeller, disse não ter nada contra os músicos, agora assim como é importante o projeto de lei da Lei Paulo Gustavo, também são os projetos de leis sobre o PCCR da saúde, e das casas populares que o prefeito quer tomar para construção da usina da paz. Lembrou do 13º salário que o prefeito não pagou aos servidores que foram demitidos no final do ano, como também não pagou o auxílio emergencial. Assegurou o vereador Mauro que é a favor que sejam trancadas as pautas das sessões até que se resolva o problema do orçamento da câmara. Disse ainda que os vereadores da base do governo

deveriam se preocupar também com as obras que estão sendo executadas em nosso município que estão sem placas, como também eles deveriam lutar pelo orçamento da câmara, mas eles não precisam porque eles têm o apoio do executivo municipal. Falou ainda dos serviços que eram prestados a população que estão parados como o da emissão de identidade. Finalizou o vereador Mauro assegurando que pode encher de artistas nesta Casa, mas será contra que seja colocado em pauta os referidos projetos de leis, até que a justiça se posicione sobre o orçamento da câmara, para que também este Poder seja respeitado. Com a palavra o vereador Arnaldo Gemaque, disse que deu até uma entrevista no dia anterior dizendo que segundo informações do vereador Ludugero Junior, de que a vereadora Josy disse que, se estivesse dirigindo está sessão iria colocar em pauta o projeto de lei que versa sobre a Lei Paulo Gustavo, para sua surpresa isto não aconteceu, o que é lamentável. Disse achar também que o orçamento da câmara não tem nada a ver com o referido projeto de lei, muito menos com essa briga política entre executivo e legislativo. Disse ainda que todos os vereadores deveriam reunir e conversar para que possamos dar um posicionamento aos interessados sobre os referidos projetos de leis. Com a palavra a vereadora Marta Godinho, reportou-se sobre o projeto de lei que dispõe sobre a Lei Paulo Gustavo, acrescentando que tramitou normalmente nas comissões competentes, os pareceres já foram aprovados na sessão anterior, só está faltando aprovar o projeto de lei. Disse ainda que se trata de um recurso federal que vem beneficiar os músicos locais, mas infelizmente o referido projeto de lei está sendo engavetado. Acrescentou a nobre vereadora, que no seu ponto de vista não tem nada a ver com o orçamento da câmara e nem com essa briga política entre os dois poderes, o que consideram uma politicagem. Disse ainda que como a vereadora Josy está sempre presidindo as sessões deste Poder, já que o presidente titular pouco dirige as sessões, que a nobre vereadora possa tomar um posicionamento sobre o referido projeto que é de grande relevância para os artistas locais. A seguir fez uso da palavra a vereadora Keké Batista, disse não ser contra o projeto de lei que vem beneficiar os músicos locais. Sabe-se que realmente tais projetos de leis são importantes, assim como é o que o projeto que termina a construção de 150 casas populares, que o executivo está querendo tomar das pessoas carentes que estão lutando para obterem suas casas próprias, inclusive os vereadores da base do governo votaram contra. Portanto não adiante quererem jogar a população de encontro com este Poder, muito menos fazerem pressão. Afirmou a nobre vereadora que no momento que o projeto de lei sobre a lei Paulo Gustavo vier para a pauta

da sessão seu voto será favorável. Falou ainda das perdas que a câmara está tendo com a redução do duodécimo, o que está dificultando as atividades deste Parlamento em prol da nossa população, citou como exemplo a emissão da carteira de identidade, que agora nem o setor do município está emitindo por falta de tinta, como também os vereadores estão sem o combustível, para desenvolverem seus trabalhos em prol dos nossos munícipes, o que é lamentável. Disse ainda que hoje estão sendo demitidos 15 servidores da câmara, assim como está parado os serviços do CAC, por falta de papel chamex, porque a câmara não pode fazer licitação por falta de orçamento. Com a palavra o vereador Marcio Canto, inicialmente manifestou-se favorável ao Projeto de lei sobre a Lei Paulo Gustavo, quando o mesmo for colocado em pauta. Continuando o nobre vereador manifestou sua preocupação aos serviços deste Poder que estão parados, serviços estes de suma importância para a nossa população como a emissão da carteira de identidade e o CAC, isto demonstra que o Gestor Municipal quer travar tais serviços da Câmara, não mandando o duodécimo de 7%, como determina a lei. Em relação aos assessores dos vereadores da base ser forem demitidos por este Poder, logo serão empregados na prefeitura. Continuando o nobre vereador chamou atenção da secretaria competente, que determine as podas das arvores do cemitério, que estão causando problemas naquele logradouro público. Em seguida reportou-se sobre o requerimento que apresentou nesta sessão, justificou o mesmo e solicitou o apoio dos nobres vereadores. A seguir fez uso da palavra o vereador Junhão, disse também ser favorável ao projeto de lei sobre a lei complementar Paulo Gustavo quando for colocado em pauta. Continuando o Edil disse que a Câmara está passando por uma situação financeira difícil, pois além dos serviços sociais que estão parados, os vereadores de oposição não podem mais viajarem para fora do município em busca de emendas parlamentares dentre outros benefícios para a população como tinham anteriormente. Disse que realmente o prefeito tem o intuito de travar os serviços do Legislativo, não repassando o percentual do duodécimo como determina a lei. Disse ainda que nunca nenhum prefeito interferiu no Legislativo, como o atual prefeito está querendo fazer agora, ou seja, fazer o orçamento da câmara, o que é inaceitável. Com a palavra o vereador Adeilson Lopes, após saudar os presentes, disse que ouviu atentamente os vereadores que lhe antecederam. Disse que infelizmente só um vereador não decide nada tem que ser o coletivo. Em seguida fez um apelo a Mesa Diretora da Casa, que estudasse a possibilidade de colocar em pauta o projeto de lei que versa sobre a lei Paulo Gustavo, que vem contemplar os artistas locais. Em

relação ao combustível, disse que os vereadores da base do governo estão sem o mesmo desde o mês de novembro. Lembrou da passagem que solicitou ao presidente da Casa, para viajar a capital do Brasil, em buscar de benefício para a população oriximinaense lhe foi negado, mas continuou fazer seu trabalho de parlamentar e representante do povo. Finalizou dizendo esperar que sejam colocados em pauta os projetos de leis, que vem beneficiar a nossa população em todos os aspectos. A seguir ocupou a tribuna o vereador Rafael Viana, que após saudar os presentes, assegurou não ser contra nenhum projeto de lei que venha beneficiar a nossa população. Agora existem projetos de leis também que são importantes, como o que versa sobre a construção de 150 casas populares, que estão querendo tomar o terreno dos mesmos. Lembrou do projeto de lei que o prefeito solicitou suplementação de 50%, para pagar o 13º salário de todos os servidores públicos, prestadores de serviço, fornecedores, dentre outros, mais infelizmente isto não aconteceu. Disse ainda que a Câmara passa por uma situação financeira difícil, com a diminuição do percentual do duodécimo, o que está dificultando os trabalhos deste Parlamento em todos os aspectos. Disse que deve ser olhado os dois lados, agora é lamentável que as prioridades sejam esquecidas. A seguir fez uso da palavra a vereadora Josy Seixas, após ter sido substituída na presidência pelo 1º secretário. Inicialmente esclareceu que está na direção dos trabalhos na primeira parte desta sessão, mas que o presidente titular vai assumir na segunda parte. Portanto não está exercendo o cargo de presidente da Câmara, até porque o vereador Marcelo não está fora do município. Continuando a nobre vereadora disse ser lamentável o que está ocorrendo na câmara, no que diz respeito a questão financeira em todos os aspectos. Em relação a Lei Paulo Gustavo, disse que mexe sim no orçamento municipal, até porque o financeiro que é do governo federal. Lembrou que em novembro do ano passado foi aprovada essa mesma lei, agora não se sabe os motivos que o Gestor Municipal não pagou os artistas locais. Portanto não adianta fazerem pressão, até porque em qualquer parlamento pode sim trancar pauta. Em relação ao duodécimo da câmara, disse que não podemos deixar que o Legislativo se torne um puxadinho do Executivo, ou seja, permitir que o Prefeito faça o orçamento da Câmara. Falou dos serviços em prol da população oriximinaense que estão parados neste Poder, como também os vereadores da oposição não podem se locomoverem em busca de melhorias para a nossa população, tudo por falta de orçamento. Espera que a justiça tome um posicionamento sobre está questão o mais rápido possível. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da

palavra a Sra. Presidente colocou-a a disposição dos Líderes Partidários, que não a solicitaram. A seguir a Sra. Presidente interrompeu a sessão para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o Tempo Regimental, assumiu a direção dos trabalhos o vereador Marcelo Sarubbi, presidente titular. Em seguida passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário, que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Marcio Canto. Com a palavra o autor, justificou seu trabalho e solicitou o apoio dos nobres vereadores. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Sebastião Gomes. Com a palavra o vereador Junhão sugeriu um adendo que seja construído mais um ponto de ônibus escolar no residencial Tia Ana, como também seja reformado o que lá existe. No que foi aceito pelo autor. Ainda discutiram o requerimento o autor e a vereadora Josy Seixas. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade, com o adendo do vereador Junhão. Esgotadas as matérias em pauta, para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Ocupou a tribuna o vereador Arnaldo Gemaque, que após saudar os presentes, reportou-se sobre a fala do deputado Ângelo Ferrari no programa Alô Comunidade na rádio sucesso. Disse esperar que o referido deputado tenha bom senso e que venha cessar com as ameaças e mentiras que fala naquela radio a respeito de sua pessoa e da vereadora Marta. Em seguida colocou um áudio, onde o Sr. Bornélio, ofende de forma leviana a pessoa da vereadora Marta e de sua pessoa, inclusive esse cidadão faz parte do referido programa de rádio. Disse que esse cidadão é um cadeirante, ele deveria pensar que futuramente pode precisar das pessoas que tanto ele ofende hoje com palavras chulas. Lembrou o vereador Arnaldo que já ajudou o Sr. Bornélio, quando ele caiu ao atravessar a travessa Carlos Maria Teixeira. Acrescentou Edil, dizendo que o Sr. Bornélio tem esse tipo de atitude, porque está ao lado do Deputado Ângelo Ferrari, ele está sendo usado, o que é lamentável. Finalizou dizendo que o objetivo daquele programa é denegrir a imagem das pessoas de bem. A seguir ocupou a tribuna o vereador Junhão, que após saudar os presentes, reportou-se sobre o requerimento do vereador Sabá, aprovado nesta sessão. Lembrou o Edil, do ponto de ônibus escolar que construiu com seu próprio recurso no residencial Tia Ana, que agora está precisando de reforma. Espera que o Gestor Municipal faça a reforma do referido ponto de ônibus, como também construa mais um, que será de grande relevância para os alunos daquele residencial. Em relação ao

pronunciamento do vereador Arnaldo, disse não concordar com as palavras de baixo calão do Sr. Bornélio, inclusive ele ataca todos os vereadores, isto demonstra ser uma pessoa desequilibrada. Com a palavra o vereador Manoel Bochecha, comunicou a todos que não próxima semana, não estará presente nas sessões deste Poder, pois estará viajando a capital do estado, para resolver assuntos de interesse da área quilombola. Disse que vai apresentar um pedido de licença justificando sua ausência nos dias 26 e 27 do corrente mês. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, disse ser inadmissível as pessoas desqualificarem os membros deste Poder, onde chamam os vereadores de vagabundos dentre outros palavrões, e quando levamos ao conhecimento da justiça, é considerado liberdade de expressão, o que é inaceitável. Portanto se faz necessário verificar o que realmente é liberdade de expressão. Lembrou do caso de deputado estadual Arthur do Val falou que as mulheres ucranianas são "fáceis, porque são pobres, ele perdeu o mandato, assim como aconteceu no Big Brother, onde um membro foi expulso por suposto abuso a uma mexicana, mas em Oriximiná tudo pode contra a mulher, o que é revoltante. Em relação ao projeto de lei sobre a Lei Paulo Gustavo, disse que não se trata de briga política, com certeza todos os vereadores são favoráveis aos mesmos, agora não colocar em pauta foi uma ferramenta de demonstrar ao executivo que este Parlamento deve ser respeitado. Finalizou dizendo que jamais usou redes sociais para denegrir a imagem de alguém, pois respeita todas as pessoas e os vereadores, pode até não concordar com o posicionamento dos mesmos. Com a palavra o vereador Ludugero Junior, inicialmente falou sobre alguns questionamentos que foram colocados na sessão anterior, primeiramente sobre a distribuição de cestas básicas pela secretaria de assistência social, onde a primeira-dama informou que estão sendo distribuídas as referidas cestas normalmente, como também outros benefícios através do CAPS. Em relação a merenda escolar, disse que assistiu um vídeo da secretária de educação distribuindo itens de boa qualidade da merenda escolar, agora não impede da comissão de educação e demais vereadores irem verificar enloco essas questões. Continuando o nobre vereador disse que vem cobrando a cada sessão um posicionamento da Mesa Diretora sobre os projetos de leis Paulo Gustavo e das casas populares, projetos este de grande relevância para a nossa população. Portanto espera que o presidente da Casa reúna com todos os vereadores para se ter um posicionamento a respeito dos referidos projetos de leis, inclusive acha desnecessário trancarem pauta das sessões por questões políticas. Em relação ao duodécimo da câmara, disse que foi demitido um assessor de

cada vereador da situação, mas tudo bem, agora se formos fazer um comparativo do percentual que é passado as câmaras municipais do Oeste do Pará, a única que recebe 7% é a de Alenquer, as demais são em torno de 5 % e 6%. Assegurou ainda o Edil que não votou contra o orçamento da câmara e sim a forma que foi cobrado. Disse ainda que o valor que é repassado hoje a câmara, dar para manter os serviços da mesma. Falou ainda dos projetos de leis que continuam parados neste Poder, citou como exemplo o da usina da paz, os que cria a secretaria municipal governança e coordenação política e da igualdade racial e dos direitos humanos, projetos estes de suma importância para a nossa população. Finalizou assegurando que vai aguardar um posicionamento do presidente da Casa sobre os referidos projetos de leis o mais rápido possível. A seguir fez uso da palavra o vereador Mauro Wanzeller, disse que faz parte do programa Alô Comunidade, e quem se sentir prejudicado pelo referido programa pode pedir o direito de resposta junto a justiça. Em relação ao áudio do Sr. Bornélio, disse que ele falou em um grupo de WhatsApp e não na rádio sucesso. Continuando o vereador Mauro colocou o áudio, onde o prefeito desmoraliza as três vereadoras deste Poder, foi levado o caso na justiça local, onde foi considerado liberdade de expressão, sendo que foi formulada uma denúncia junto a procuradoria especial da mulher do Pará, para as devidas providencias. Em relação ao repasse do duodécimo da Câmara, disse que a lei determina que seja 7%, o que o atual prefeito não quer cumprir, estamos aguardando um posicionamento da justiça. Disse ainda que os vereadores da base do governo votaram contra o orçamento da Câmara, agora quando os assessores dos mesmos são demitidos, logo são empregados na prefeitura. Em relação as pautas que estão sendo trancadas neste Poder, disseram que quem se sentir prejudicado que procurem a justiça. Finalizou assegurando que se fosse presidente da Câmara, fechava as portas do prédio e entregava a chave ao Poder Judiciário. Com a palavra o vereador Marcio Canto, disse ser inaceitável as pessoas querem induzir a população ficarem de encontro com este Poder. Em relação ao pronunciamento do vereador Ludugero Junior, no que diz respeito ao percentual que é repassado as câmaras do Oeste do Pará, onde ele disse que a câmara de Alenquer recebia 7%, as demais recebiam menos, o que não é verdade entrou em contato com o presidente da câmara de Monte Alegre, é repassado também 7%, portanto é preciso que o vereador Ludugero Junior venha falar a verdade e não mentir na tribuna deste Poder. Continuando o nobre vereador, lembrou do projeto de suplementação de 50%, que o prefeito solicitou, foi concedido pela Câmara, e o prefeito não pagou o 13º salário aos servidores do PSS que



foram demitidos. Falou da situação financeira que a Câmara está passando, inclusive não pode fazer licitação para a compra de materiais de expediente, por falta de orçamento. Finalizou dizendo que não devemos cobrar nada dos ex-prefeitos e sim do atual. A seguir fiz uso da palavra o vereador Marcelo Sarubbi, após ter sido substituído na presidência pela vice-presidente da Casa, após saudar os presentes, disse que os projetos de leis questionados nesta sessão serão colocados em pauta, pois seu propósito não é prejudicar ninguém. Lembrou que o projeto de lei sobre a Lei Paulo Gustavo, foi aprovado em 2023, não sabe o porquê o Gestor Municipal não pagou os artistas locais. Então não aceita querem jogar a população de encontro com a câmara. Disse que devemos discutir o que é melhor para o nosso povo e não para o prefeito. Disse que o vereador Ludugero Junior, já foi presidente da Câmara e recebia 7% de duodécimo, nunca recebeu a menos. Acrescentou ainda que nunca viu nenhum prefeito fazer o orçamento da Câmara, como o atual gestor quer fazer. Falou ainda das dificuldades financeira que este Poder está enfrentando, onde teve que demitir servidores e diminuir outras despesas, o que é lamentável. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para terça-feira no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, \_\_\_\_\_, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário